

Transcrições

da pelo Prof. A. T. Guerra, onde o relevo brasileiro é dividido segundo a clássica divisão em:

- I — Planalto das Guianas.
- II — Planalto Brasileiro.
- III — Planícies:
 - a) Amazônica,
 - b) Costeira,
 - c) do Alto Paraguai.

Quanto ao Planalto das Guianas, salientamos que a área brasileira do mesmo é insignificante, tendo unicamente expressão algumas serras que surgem como elevações residuais correspondendo, na sua maior parte, a típicos *Inselberge*.

A área cristalina, que é colocada geralmente como pertencente ao Planalto das Guianas, corresponde a uma região plana de solo fortemente laterizado, ocorrendo depósitos sedimentares recentes esparsos que se formaram em época de clima mais seco, quando a região sofreu intenso trabalho de «pediplanação».

Nos limites meridionais da planície amazônica, temos os mesmos problemas, sendo difícil de ser delineados, pois grandes superfícies elevadas foram erodidas por pediplanação, restando típicos *Inselberge* como nos referimos ao tratar do Norte.

O termo «Planalto Brasileiro» não corresponde precisamente à forma de um planalto; basta lembrar que, no Ceará, penetra-se praticamente até o sul deste estado sem se encontrar um degrau de planalto, somente existindo elevações residuais. Trata-se, pois, de uma parte a ser criticada. É verdade que existiu outrora um planalto, entretanto hoje em dia, só temos os remanescentes do mesmo.

Poderíamos continuar a crítica como no caso do Escudo Rio-Grandense, que, na realidade, não faz parte do Planalto Brasileiro. Também quanto à paisagem, não podemos absolutamente comparar a não ser hipsométricamente o Planalto Brasileiro ao Planalto Meridional.

Um dos melhores trabalhos sobre relevo deve-se à Prof.^a Maria do Carmo Galvão, onde a autora, levando em consideração a morfologia e evolução, apresenta um extrato de divisão regional do Brasil, segundo o relevo. Na parte concernente à evolução, a autora refere que «no Brasil (excetuando-se o Nordeste semi-árido, ou o Itatiaia periglacial), prevalecem as formas de «erosão normal».

Tal conceito, entretanto, não pode ser aceito, pois a erosão normal é um tipo que foi descrito quando estudadas as regiões temperadas, sendo bem diversas as ações dos agentes do modelado.

Estudaremos o relevo baseados nas regiões físicas, o que permite exame mais acurado e moderno, examinando-se cada unidade e seus principais problemas.

Utilizaremos a mesma divisão, acrescentando uma última, representado pelas serras do sudeste do Rio Grande do Sul.

Consideraremos as seguintes unidades:

- I — Amazônia.
- II — Planalto das Guianas.
- III — Meio-Norte.
- IV — Nordeste
- V — Planalto Atlântico.
- VI — Planalto Meridional.
- VII — Serras do Sudeste do Rio Grande do Sul.
- VIII — Planalto Central.
- IX — Pantanal Mato-Grossense.

O estudo de cada uma das unidades pode ser completado manuseando-se o *Boletim Geográfico*, ano XVII, n.º 148, (pp. 54-63) — Janeiro-fevereiro, 1959.

TRAÇOS GERAIS DO ESTUDO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA (*)

Súmula das aulas do
Prof. Aluizio C. Duarte

Introdução

Com o desenvolvimento da ciência geográfica, há tendência para maior subdivisão dos diversos fenômenos estudados por ela. Hoje podemos falar em Geografia Agrária, Geografia Industrial, Geografia da Energia, Geografia Urbana, assuntos que até há pouco tempo eram englobados pelo grande ramo da Geografia Humana. Assim falamos em Geografia da População, ao se encarar o estudo dos aspectos da demografia, sob o ponto de vista geográfico.

Diz o professor Michel Rochefort, em seu curso sobre Metodologia da Geografia Humana, ministrado em 1960 na Universidade do Recife, que o estudo da população é o aspecto mais importante da Geografia Humana, que não há pesquisas de Geografia Humana, sem o estudo da população. Realmente o homem, como fator geográfico, e modificador das paisagens, entra em todas as formas de atividades estudadas por esse ramo da Geografia.

Quando se faz um estudo geográfico da população, deve-se considerar três aspectos: o quantitativo, onde estudamos os valores absolutos, as densidades, a repartição da população;

Transcrições

o qualitativo, onde assinalamos a composição da população por idade, sexo, categorias profissionais e, sobretudo, a divisão em população urbana e rural; o último aspecto a considerar, deve ser o dinamismo dos grupos humanos, em seu crescimento, as migrações e o êxodo rural.

No Brasil o estudo da população, sob o ponto de vista geográfico, tem sido limitado a alguns aspectos como distribuição, densidade, crescimento e movimentos migratórios. Os outros aspectos de caráter qualitativo, ainda não foram devidamente estudados como se faz necessário. As pesquisas da composição da população por idade, sexo, categorias profissionais, grau de instrução e níveis de vida, têm sido encarados por demógrafos e sociólogos; que contribuíram com muitas informações para a Geografia da População.

O período de um ano que antecede e se segue a um censo geral do país, apresenta uma série de dificuldades para os estudos da população, isto porque, se usarmos os dados do censo de 1950, eles não mostram a realidade, pois o país cresce em todos os ramos de atividade humana, de maneira acelerada, sendo os dados censitários de 8 ou 9 anos considerados «velhos». Enquanto isto, durante o período em que se faz a computação das informações coletadas pelo censo, ficamos privados do manuseio de estatísticas novas e atualizadas. Assim, aqui nos servimos dos dados de 1950, quando entramos em detalhes precisos, sobretudo quando em referência aos aspectos qualitativos da população brasileira, e, quando possível, usamos as estimativas feitas pelo Laboratório de Estatísticas do IBGE para os casos mais gerais.

Tem publicado o Conselho Nacional de Geografia alguns trabalhos geográficos sobre população.

No Atlas do Brasil, editado em 1958, encontramos quatro mapas do Brasil representando, dois a distribuição da população urbana e rural, um o crescimento demográfico de 1900 a 1950 e o outro (cartograma) os movimentos migratórios.

Todos eles são acompanhados por comentários. Na Geografia do Brasil, cujos volumes referentes às Regiões Norte e Centro-Oeste já estão à venda, a população foi estudada sob o ponto de vista da distribuição, assinalando-se a divisão entre os quadros urbanos e rurais. Igualmente a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros trata o assunto sobre este mesmo aspecto. Ainda a população tem sido estudada por vários geógrafos do Conselho Nacional de Geografia, para alguns estados isolados, porém, sempre no seu aspecto de distribuição.

A cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia, publicou em 1950 um trabalho de J. Fernando Carneiro, sobre a imigração e colonização no Brasil, contribuindo para os estudos geográficos da população do país.

Os outros trabalhos editados, por terem sido feitos por demógrafos e sociólogos, apesar de serem grandes subsídios para as pesquisas geográficas, não podem ser encarados como realmente estudos da Geografia da População do Brasil.

I — Como e apresenta atualmente a população

Pelo censo de 1950, a população do Brasil era de 51 976 357 habitantes. De acordo com as estimativas para 1956, o país já apresentava uma população de 59 800 000 habitantes, situando-se no oitavo lugar, no mundo, entre os países de maior população. Segundo os dados publicados pelas Nações Unidas em 1954, os dez países mais povoados do mundo eram: China, Índia, União Soviética, Estados Unidos, Japão, Indonésia, Paquistão, Brasil, Reino Unido e Alemanha Ocidental. Sendo a população da Terra igual a 2 652 milhões, o nosso país entrava com 2% do total, entretanto, na América do Sul, essa porcentagem do Brasil subia para 49%.

O Brasil ainda é o primeiro país sul-americano em população, sendo igualmente o primeiro entre as nações de língua e civilização latina.

Essa população numerosa, em relação ao território nacional, apresenta-se ainda deficiente, com densidade fraca. Pelas estimativas mais recentes, a densidade não ultrapassou 7,6 hab/km². Porém essa forma de densidade não apresenta grande significação geográfica, pois ela não mostra a realidade quanto à repartição da população no território. Num país como o Brasil, com regiões geográficas tão extensas e variadas, um estudo baseado na densidade real só pode apresentar algum interesse, quando feito para cada região, ou mesmo para cada zona isoladamente. Segundo estimativas para 1959, eram as seguintes as densidades para as regiões fisiográficas do país:

Norte	—	0,6
Nordeste	—	15,9
Leste	—	18,0
Sul	—	26,7
Centro-Oeste	—	1,3

Transcrições

Comparando-se com as densidades de 1950;

Norte	—	0,52
Nordeste	—	12,88
Leste	—	14,98
Sul	—	20,57
Centro-Oeste	—	0,93

vemos que a repartição, em linhas gerais, continua a mesma, sendo que as densidades aumentaram mais naquelas regiões que já se apresentavam bem povoadas em 1950.

A população brasileira, apesar da ocupação de novas áreas do interior, e maior adensamento na parte ocidental, ainda se apresenta mal distribuída, com uma concentração maior na parte oriental, em certos trechos bem mais adensada. Essa repartição da população ainda é uma reminiscência da forma nucleada do povoamento processado no período colonial, quando a vida do país estava voltada para o oceano; e a economia da colônia tinha essencialmente por objetivo a exportação. As áreas de maior densidade coincidem com os núcleos iniciais do povoamento. Assim, vamos encontrar na região do sudeste, entre as baías da Guanabara e Santos, na região do Recôncavo baiano, e na Região do Nordeste, na parte litorânea, os trechos em que as densidades ultrapassam 100 hab./km². Nas proximidades dessas áreas densamente povoadas, podemos encontrar verdadeiros vazios demográficos, o que, mais uma vez, mostra a importância do povoamento fragmentado da colonização atuando até os dias de hoje na distribuição da população.

As Regiões Leste e Sul são as mais povoadas. Suas atividades industriais, os grandes centros urbanos, as áreas agro-pastoris, e uma rede densa de transportes, são os principais fatores que explicam essa ocupação mais acentuada.

Na Região Nordeste, as condições físicas não chegam a atuar como elementos desfavoráveis à existência de uma população numerosa, apesar de se poder fazer uma diferenciação entre a zona úmida da parte oriental, de maior ocupação agrícola e centros urbanos mais populosos, da do sertão, com condições menos favoráveis à vida humana.

São as Regiões Norte e Centro-Oeste aquelas em que vamos encontrar as mais baixas densidades. Áreas subdesenvolvidas, com economia baseada nos extrativismos, deficiência dos transportes, além da presença de uma floresta hostil, de um clima nem sempre salubre, e ocorrência dos solos pobres, são os fatores mais a-

tuantes, fazendo com que se apresentem como regiões de vazios demográficos.

Não é só na sua distribuição que a população brasileira se apresenta insatisfatória.

Nos seus aspectos qualitativos ela ainda não atingiu a importância que sua cifra em quantidade possui.

Quanto à idade, a população do Brasil é uma população jovem. Quando fazemos uma pirâmide de idades, baseada em grupos de idade e sexo, vamos ver que ela apresenta um equilíbrio entre os sexos, mas, quanto às idades, ela vai apresentar-se deficiente, influenciando nas possibilidades do potencial humano. Há forte proporção de indivíduos com menos de 20 anos, representando mais de 50% da população total. Esta característica significa considerável carga para a economia nacional, pois, se consultarmos os dados estimados para 1955, vamos encontrar mais de 32 milhões de indivíduos com menos de 14 anos. Isso mostra que, para 1 000 indivíduos economicamente ativos, isto é, que produzem, vivem 779 pessoas economicamente passivas. Esta característica tem importância fundamental para a vida econômica nacional, pois, já que a população que pode produzir é pequena, lança-se mão do trabalho daqueles que não possuem capacidade física e instrução ou preparo técnico para entrar economicamente na produção do país. Isto acontece não só nas atividades rurais, onde crianças com menos de 14 anos trabalham, mas também nas áreas industriais e outras atividades como comércio, bancos, repartições, etc. Esses jovens ainda não possuem instrução ou especialização suficiente para produzir economicamente. Isto acarreta, geralmente, o afastamento desses jovens das escolas, diminuindo suas possibilidades técnicas ou, mesmo, acentua o analfabetismo, o que pode trazer más consequências para o futuro da população nacional.

Pelo censo de 1950, a população ativa brasileira apresentava um total de 36 557 990 habitantes. Desses, a maior parte se dedicava aos trabalhos da agricultura e pecuária e silvicultura, representando aproximadamente 30%. Nas atividades industriais, trabalhavam 13% dessa população. Analisando a distribuição da população ativa de acordo com as categorias para as diversas regiões do país, vamos ver que a Região Nordeste era que apresentava maior contingente de trabalhadores rurais com mais de 65% da população ativa da região. Realmente, o Nordeste é tradicionalmente agrícola e, pelas condições físicas e econômicas, a industrialização da região é pequena. Esta numerosa população agrícola, em parte, contribui para que

seja a região uma grande fornecedora de migrantes para o Sul do país. As pequenas áreas agrícolas e os solos esgotados não possibilitam rendimento que favoreça a fixação de tão numerosa mão-de-obra.

A população que se dedica às atividades de transformação se concentra mais nas Regiões Sul e Leste, como já era de esperar, pois, é nessas áreas que a industrialização é mais acentuada.

Quanto ao grau de instrução, é bem precária a situação da população brasileira. Em 1950, a proporção dos indivíduos com mais de 5 anos que sabiam ler e escrever era de 42,7%. Analisada para cada região fisiográfica, essa proporção mostrava os seguintes aspectos: No Sul, o número de alfabetizados era maior, apresentando 57,3%. A Região Leste vinha logo atrás, com 42,0%. O Nordeste era a região de menor número de alfabetizados, com a pequena porcentagem de 25,2%. Esta variedade tão grande do grau de instrução está presa às condições econômicas e sociais de cada região. No Sul, a influência do elemento estrangeiro pode ser assinalada como uma das causas do maior incentivo à instrução.

Dentro dos aspectos qualitativos, a repartição da população pode ser encarada de acordo com o habitat rural e urbano. Para o Brasil, essa divisão é baseada no fator administrativo. Consideramos urbana a população situada nas sedes administrativas, municipais e distritais. Toda a população que habita fora das cidades e vilas é considerada rural. Esta classificação pouco ou nada tem de geográfica. Deveria considerar-se rural a população que se dedicasse às atividades rurais, vivendo em propriedades agropastoris. Pelo censo de 1950, a população rural brasileira compreendia 69,2% do total, com 35 961 419 habitantes. Dêsse número, faziam parte indivíduos que viviam em áreas tidas como rurais, entretanto exercendo atividades terciárias.

De acordo com esse critério administrativo, era o Sul que possuía o maior número de centros urbanos mais povoados, como era a região que apresentava maior população urbana, com 6 396 873 habitantes. A Região Centro-Oeste apresentava menor cifra de população urbana, tendo somente 211 511 indivíduos considerados como parte da população urbana. A Região Leste estava em primeiro lugar na escala da população rural, com 12 634 632 habitantes. A Região Leste, apesar de sua desruralização e forte urbanização, ainda se mantém muito agrícola, por suas vastas áreas de culturas e pastos.

II — O dinamismo da população brasileira

A população brasileira manifestou crescimento acelerado nas duas últimas décadas, apesar de haver evolução gradativa desde 1850. Nessa data, nossa população contava 7 234 000 habitantes; em 1900, já atingia 17 984 000 e, pelo censo de 1950, subira para quase 52 milhões. Temos, nos últimos anos, um aumento médio anual de mais de milhão de habitantes; esse crescimento vigoroso encontra no crescimento vegetativo, isto é, no excedente dos nascimentos sobre os óbitos, o seu principal fator.

A imigração estrangeira no país não exerceu papel preponderante no aumento da população. Foi no período entre 1901 e 1920 que entraram grandes levas de imigrantes, sem alcançar, entretanto, um milhão de indivíduos. Nesse mesmo período, o aumento da população pelo excedente dos nascimentos sobre os óbitos foi de mais de 8 milhões. É grande a taxa de natalidade no Brasil, ao mesmo tempo que a taxa de mortalidade vem caindo, possibilitando assim um excedente da natalidade sobre a mortalidade de 23,8 sobre 1 000 habitantes, taxa para a década de 1940-1950. Esse crescimento tem sido geral para o país, mas não se têm processado da mesma maneira para cada região.

Os fatores do crescimento populacional foram por nós estudados, ao comentar o mapa do crescimento da população brasileira de 1900 a 1950, publicado no **Atlas do Brasil** do CNG, cuja leitura recomendamos, para que aqui possamos ser mais breves.

O outro aspecto do dinamismo da população brasileira é representado pelas migrações internas. As diferentes regiões geográficas do Brasil, com suas variadas possibilidades de ocupação, vão ocasionar intenso deslocamento de grupos humanos, que deixam as áreas de menores possibilidades econômicas e buscam aquelas que oferecem melhores oportunidades.

Os movimentos migratórios no Brasil são antigos. A nossa forma de economia já originara grandes deslocamentos de população; basta assinalar a época colonial, quando da descoberta do ouro no interior do planalto. No século XIX, a borracha levou nordestinos para a Amazônia, acentuando-se, a partir dessa época, um movimento da Região Nordeste para as regiões do país de maiores possibilidades econômicas. Entretanto, não são os estados nordestinos os que mais perdem habitantes em detrimento das áreas meridionais. É Minas Gerais o estado que mais contribui para as migrações internas. Em 1950, o número de mineiros em

outras unidades era de 1 367 239 indivíduos. Esses mineiros se distribuíam por tôdas as unidades da Federação, mas, em maior número, se dirigiam para os estados limítrofes, pelas facilidades das comunicações. Podemos acentuar também a grande participação de mulheres nos contingentes migrados para as áreas do sudeste e sul. São sobretudo naturais de Minas Gerais, Espírito Santo e Estado do Rio. Elas contribuem com mão-de-obra para os serviços domésticos e as pequenas indústrias que não necessitam de operários especializados.

Uma das conseqüências das migrações internas para a cidade do Rio de Janeiro é o aparecimento das favelas. Nessas habitações que se distribuem não só pelas encostas mais íngremes dos morros cariocas, mas também em áreas de baixadas, em áreas ainda não loteadas, vive grande parte de não cariocas, pois em 1956, 51% da população favelada eram compostos de fluminenses, capixabas e mineiros.

Recomendamos a leitura do comentário escrito por Maria Emília de Castro Botelho, no **Atlas do Brasil**, sobre as migrações internas.

A maior parte da população migrante é originária das áreas rurais, em demanda dos centros urbanos. Assim, podemos dizer que as migrações internas no Brasil significam êxodo rural, contribuindo para a urbanização do país. O crescimento da população urbana se tem processado em detrimento da população rural que, desejando melhor padrão de vida, deixa os campos, à busca de trabalho e melhores salários nas cidades. Com isso, tem havido decréscimo relativo da população rural. Enquanto a população total crescia de 1940 para 1950 de 26%, a população rural crescia de 17,2%. A população urbana apresentou grande crescimento nesse período, atingindo 60,3%. Excetuando o Sul, tôdas as outras regiões tiveram acréscimo percentual da população urbana superior ao do total do país.

Podemos concluir que, apesar do número expressivo de habitantes, da sua vantajosa posição entre os países mais povoados do mundo, a população brasileira, que continua a crescer graças aos melhores padrões de vida e ao desenvolvimento geral do país, apresenta ainda sensível deficit populacional em relação à área a ocupar, devido à má distribuição da população que se concentra na parte litorânea do país, o que exerce grande importância no seu desenvolvimento econômico.

GEOGRAFIA URBANA (*)

Súmula das aulas da
Prof.^a Lysia Maria C. Bernardes

I — O que é uma cidade. Critérios de definição. Dificuldades

— Uma forma de ocupação do espaço que contrasta com a das zonas vizinhas.

Contrasta no gênero de vida predominantemente não agrícola.

Contrasta na paisagem: contigüidade das habitações, função diferente das construções.

— Cidade pode ser um pequeno aglomerado ou uma metrópole.

1. **Critério numérico.** Uma aglomeração com mais de x habitantes seria uma cidade.

2 000 hab. na França, Alemanha, Tchecoslováquia.

2 500 hab. nos USA.

5 000 hab. na Bélgica e Holanda.

Critério que não satisfaz. Limites artificialmente escolhidos. Pode haver aldeia tipicamente rural com mais habitantes que uma pequena cidade.

2. **Critério histórico-administrativo.** Para uma aglomeração ser considerada cidade, sempre houve necessidade de uma decisão administrativa.

— Na Idade Média, as cidades tinham privilégios e obrigações.

— Ainda hoje, regulamentos diferentes são específicos das cidades.

— No caso brasileiro, definição administrativa.

No passado colonial vilas e cidades.

Atualmente cidade sede de município.

Atualmente vila sede de distrito.

(Crítica)

3. **Critério paisagístico.**

A massa e a densidade das construções que indicam concentração elevada de pessoas num espaço limitado (exceção: enormes aldeias da Hungria, por exemplo).

O problema da delimitação do espaço urbano. Distinção de urbano e suburbano.

O aspecto exterior ou paisagem urbana.

Tipos de construções. Uso das mesmas. Tipos de arruamentos.

Presença de serviços urbanos. Estrutura diferenciada.

(*) Do «Curso de Informações Geográficas» do C. N. G.